

Plano Real ameaça o poder do governo

Sem o recurso de emitir moeda, ao governo restaria a alternativa de aumentar impostos

RIO. — Se a proposta de criação da nova moeda, o real, for aprovada pelo Congresso Nacional, é possível que o governo, destituído do poder de emissão, tente aumentar substancialmente os impostos para fazer frente aos seus gastos. A previsão foi feita ontem, no Rio, pelo autor do programa, o economista Francisco Lopes. Ele, entretanto, já pensou também na reação: o aumento desses impostos teria que passar pelo Congresso, "o que significaria mais problemas para o governo". A outra tentativa governamental para escapar à camisa-de-força poderia ser o voto à nova lei, "o não presidencial, contudo, poderia também ser derrubado se os parlamentares se mobilizassem para isso", argumentou Lopes.

O economista citou esses dois aspectos para mostrar a principal diferença entre a sua mais recente proposta de estabilização da economia e os Planos Cruzado e Bresser, ambos elaborados com a sua participação: no "Plano Real", o governo fica impedido de fazer gastos na nova moeda, exceto no caso de pagamento de salários e transferências imediatas de impostos para Estados e municípios. Como a emissão do real

(R\$) caberia exclusivamente à Caixa de Estabilização, um departamento especial a ser criado no Banco Central, o governo não poderia gastar mais cruzados do que realmente tivesse disponível. Se fizesse isso, só perderia, porque o cruzado se desvalorizaria ainda mais em relação ao real. O restante da sociedade, por utilizar o real, estaria sob proteção.

PROPOSTA DIFERENTE

Mesmo salientando que o Plano Real não é "um Plano Cruzado ou um Plano Bresser melhorado, mas uma proposta inteiramente diferente". Francisco Lopes concordou em apontar os principais erros dos dois planos anteriores, agora corrigidos. Em primeiro lugar, a nova proposta não prevê congelamento de espécie alguma, porque o economista reconheceu que a medida represou a inflação mas acabou por desorganizar a economia. Em segundo lugar, nem o Plano Cruzado, nem o Plano Bresser criaram tal "âncora restritiva" ao governo — a de não poder gastar, nem emitir a nova moeda — uma das características essenciais do novo projeto. "Eu não aprovaria a mudança de moeda sem essa âncora efetiva, porque a nova moeda poderia ser contaminada pela inflação da antiga", afirmou Lopes. Por último, os dois planos anteriores foram aplicados por decreto-lei, enquanto este, disse, "quer ganhar legitimidade e apoio com a discussão e aprovação do Congresso Nacional".